

Tradução: Anna Xavier (tradutores benévolos para animais yahoo grupos)

Revisão: Marly Prestes e Carolina Carvalho

(Vegan Staff - www.veganstaff.org e www.veganstaff.blogspot.com)

Para acabar com a idéia de Natureza, e rearmos com a ética e a política

Yves Bonnardel

As pessoas sempre repetem que o que é natural é bom (1). A Natureza é uma ordem harmoniosa onde cada coisa está em seu devido lugar; e por isso não devemos nos intrometer. Ela inspira um sentimento religioso de respeito, no sentido de adoração e temor (como de submissão frente a tudo que nos parece poderoso e perigoso).

Entretanto, se a natureza designa tudo o que existe, nada pode ser considerado contra-natura. Se “contra natura” designa uma parte do que existe, então faz sentido falarmos de “contra natura” somente se supormos que esta natureza não apenas existe mas sim é o centro de uma finalidade. Ora, nada sustenta este ponto de vista. A ciência após Darwin não se manifesta sobre esse ponto (2). O único apoio da existência de uma tal finalidade continua sendo a fé (a simples fé na ordem natural ou a fé religiosa). Além do mais, a existência de uma entidade “Natureza” munida de uma finalidade, não resolveria o problema ético: a existência da Natureza (ou de Deus) não implica que devamos nos submeter à sua vontade.

Cultivar em si um sentimento de “respeito” ao que parece ser uma potência, e de submissão a uma ordem (ainda que fantasiada como “vontade de harmonia”), não parece algo de bom augúrio... apesar disso, a idéia de natureza continua onipresente nos discursos normativos. Na prática, nossa atitude é mais ambígua: às vezes os humanos denunciam com indignação o que consideram contra-natura, outras vezes celebram as conquistas que permitiram à humanidade escapar dos rigores de sua condição primitiva. Ninguém deseja realmente que imitemos a natureza em todos os sentidos, mas, por outro lado, ninguém renuncia de bom grado à idéia que a Natureza deva nos servir de exemplo ou de modelo. As considerações sobre o que seja contra-natura e o que é natural (considerado o que é normal, sadio, bom...) freqüentemente vêm impedir a reflexão sobre o que é

bom ou mal de se fazer, sobre o que é desejável e porque, em função de quais critérios. A idéia da natureza “polui” os debates morais e políticos...

A reverência pela ordem natural

O natural continua fortemente associado a julgamentos de valor. A publicidade utiliza a palavra “natureza” para designar ou evocar aquela noção que possui uma conotação positiva: campo, saúde, tradição, eternidade, força, autenticidade, sabedoria, simplicidade, paz, esplendor, abundância... O sentimento da natureza traz um “suplemento de alma” bem vindo ao mundo mercantilizado e participa assim do “reencantamento do mundo” capitalista: quando se trata de vender algo, tudo se transforma em “natural”.

A ideologia do “respeito pela natureza” triunfa cada vez mais sobre a idéia da vitória sobre a natureza; ainda que uma seja o próprio espelho da outra. Os “progressos” das ciências e técnicas são habitualmente aplaudidos como etapas na Longa Caminhada do Progresso, enquanto que, ao mesmo tempo, repetimos palavras alarmistas sobre os riscos que corremos quando brincamos de “aprendizes feiticeiros”. Nos dois casos, recorremos aos mitos (o Progresso *versus* o “gênio do Homem”). Não se reflete muito sobre o caráter positivo ou negativo das conseqüências geradas para os seres que estão envolvidos no processo. A dosagem das duas atitudes parece totalmente arbitrária: hoje em dia, a genética e as biotecnologias são as principais vítimas do reflexo “pró-natureza”, especialmente quando elas dizem respeito à reprodução humana. Outras inovações médicas são classificadas sem sentimento algum como estando do lado do progresso. Que esta distinção emane de uma reflexão sobre as conseqüências possíveis de umas e de outras seja suficiente para explicar por que ajudar um casal a colocar no mundo uma criança através de fecundação *in vitro* provoque “graves problemas éticos”, enquanto que, antes da concepção, corrigir problemas de esterilidade não provoca nenhum debate ético ? Tudo acontece como se tivéssemos decretado que alguns setores pertencessem à ordem do sagrado: a natureza previu um processo preciso de reprodução e estaríamos expostos a sanções terríveis se não nos conformarmos a ele.

Reações da mesma esfera são manifestadas episodicamente nos campos mais diversos. De repente, o temor inspirado por qualquer ameaça nova reanima a idéia que a Natureza é quem manda

e pune. Assim, a inquietude suscitada pela transmissão aos humanos da encefalopatia espongiforme bovina (a "doença da vaca louca", N.T.) fez as pessoas falarem que a desgraça ocorreu porque permitimos alimentar animais naturalmente herbívoros com farinhas animais (3).

Atualmente ressurgiu um pensamento religioso laico graças à substituição da palavra Deus pela palavra Natureza. Este pensamento pode ser percebido nos discursos que tendem a valorizar o respeito dos equilíbrios naturais como um valor em si. Em um primeiro sentido, o equilíbrio é um termo puramente descritivo. Ele designa um estado de imobilidade ou de permanência: as relações que os elementos de um ecossistema mantêm são tais que ele conserva sua estrutura, os seres que o (3) compõem são invariáveis ou renováveis de forma idêntica (4). Na linguagem familiar, entretanto, a palavra equilíbrio designa mais do que este estado particular (de repouso em relação ao movimento), para encarnar o sentido de um estado ideal. O equilíbrio dos ecossistemas se transforma em "ordem natural" ou em "harmonia natural". A noção da ordem evoca um sistema onde cada ser ou categoria de seres se encontra em seu justo lugar. A de harmonia faz pensar em um estado de união ou concórdia, onde cada parte se acomoda da melhor forma com as outras para contribuir com a beleza do todo (5). Estas palavras fizeram nascer a imagem de uma Natureza ordenadora do mundo para o bem de suas criaturas, ainda que fazendo-as sentir o perigo que ocorreria ao atrapalhar a perfeição.

Na medida em que a crença não é formalizada, pensamos ser mais adaptado falarmos de mística da natureza em vez de imediatamente evocarmos a palavra religião. Onipresente, ela está como dissolvida na vida social: formando um dos barulhos de fundo de nossas existências, ela é formulada explicitamente como sistema apenas por alguns. Estes são a voz de uma religiosidade que se distingue das religiões tradicionais no que ela é perfeitamente em harmonia com a sociedade moderna: uma religiosidade individual mas comum, comum mas não coletiva. Uma mística difusa, que os indivíduos atomizados elaboram, e que celebram geralmente de maneira individual, em sua própria intimidade – na *laicidade*.

Tal mística vai bem: uma boa parte da população classifica as atividades ou as realizações humanas em "naturais" (ou boas, originais, autênticas...) e artificiais (degeneradas, desnaturadas, más...). Se alguns se agrupam em associações de "proteção da Natureza" ou nas lojas de alimentos orgânicos (e excomungam os remédios, as pílulas, a química e o cimento...) mais numerosos ainda

são os crentes não praticantes. Várias pessoas sentem assim a crise ecológica atual em termos naturalistas: nossa espécie, vista como grupo biológico, proporcionaria um questionamento sobre si própria. De alguma forma a humanidade seria maldita e somente poderia, pela sua essência, “destruir a natureza”. Este modo de abordar problemas bem reais escamoteia a questão das relações sociais (é para isso mesmo que serve invocar a natureza) e não permite buscar soluções concretas, políticas: com evidência não são todos os humanos nem todas as atividades sociais que possuem o mesmo peso destrutivo sobre nosso meio ambiente e nossas vidas... Quanto ao fato de acreditar que os “primeiros” povos, aparentemente “próximos da natureza” (por que não dizer simplesmente, como no bom tempo da colonização: povos “primitivos” ou “naturais”?) poderiam nos ajudar ao nos legar uma espécie de “sabedoria original”... Talvez seria mais útil falarmos novamente das relações sociais, de exploração, de capitalistas, e das relações patriarcais, etc?

Quanto a nós, não vemos na natureza (na realidade) nem harmonia, nem modelo a seguirmos, nem fonte de castigos úteis ou merecidos: poderíamos detalhar “seus” malefícios para com os humanos ou outros animais. Poderíamos também detalhar as tentativas feitas para justificar as infelicidades que ela causa para justificar os benefícios que podem daí resultar; tentativas que podemos imputar ao esforço desesperado de teólogos que desejam apoiar que a Criação é sempre boa pois é obra de Deus. Na realidade, nós *não pensamos que a Natureza exista*, que o mundo seja ordenado, equilibrado, harmonioso, que as coisas tenham um lugar natural, nem que exista uma ordem natural das coisas. A noção da “realidade” é suficiente para nós, ela é descritiva e não prescritiva como o é a da “natureza”. Imaginamos atos que “contradigam a natureza”; mas atos que “contradigam a realidade”? Não violamos a realidade, nem a transgredimos: livres do temor religioso, somos livres para refletir sobre o que é bom ou mal para ser feito.

Natureza e ética : o salto do “que é” ao que “deve ser”

Imaginamos de bom grado que as coisas possuam uma essência que as faz como são e não outra coisa, que possuem uma tal propriedade e não outras; que elas têm uma outra “natureza” que lhes é própria, que organiza suas características, seu crescimento, seu destino e que garante que elas ficarão no lugar que lhes é destinado na “ordem do mundo” e que elas consolidarão seu papel; “Mãe Natureza” é vista como aquela que outorga a cada elemento considerado natural, sua natureza. Associamos uma finalidade a esta suposta “natureza” das coisas, os seres compõem uma

categoria “de mesma natureza” são feitos *para* alguma coisa ou *destinados* a comportarem-se de uma certa maneira. Apenas ao realizarem aquilo para que são feitos que eles realizam sua verdadeira natureza. Assim, um gato deve realizar sua natureza de felino, ou de carnívoro. Se não age conforme esta natureza será visto como um “degenerado”...

As essências são fundamentais, não devemos mexer nisso. Assim, não devemos misturar as coisas declaradas de essência (natureza) diferente. O mesmo tipo de pensamento faz pessoas odiarem a miscigenação de raças. A natureza das coisas não deve ser “alterada” a não ser que se corra o risco que a ordem mantida seja dissolvida no caos. Este imaginário mitológico condena as biotecnologias pois elas criam *quimeras*, ao misturarem as fantasmagóricas fronteiras naturais entre as espécies ou, no caso da clonagem humana, são vistas como profanadoras de uma sacrosanta unicidade (6). Aqui ainda, entretanto, o problema não é de saber se as conseqüências de nossas atividades são naturais ou artificiais, se elas “violam as leis da natureza” (se elas transgridem uma fronteira natural – como pressupõem-se ser a fronteira das espécies), mas sim avaliar se elas são nocivas ou não, perigosas ou não e para quem. Questionarmos, em termos de uma ciência artificial industrial maldosa, que seria oposta a uma sabedoria natural artesanal tradicional boa, impede raciocinarmos em função de critérios racionais. Principalmente, no tocante às novas tecnologias, o que desvia com freqüência a atenção deste problema político fundamental que é o fato de *não serem* as populações que decidem do futuro que terão (poderíamos até falar o mesmo do futuro mundial). Essas populações não possuem meios para operarem. Uma crítica similar vale para o movimento da agricultura “biológica” que, apesar de sua boa vontade, acentua principalmente a *crença* do “que é natural é que é bom” e não em questões éticas e políticas de propriedade dos meios de produção e de distribuição, ou de diminuição sustentável do crescimento com fins ecológicos e para a partilha das riquezas.

Ao determinar uma natureza aos seres, afirmamos ou um direito, uma finalidade ou um dever de agir de certa maneira. E isto da maneira mais arbitrária possível. Assim, o fato que as mulheres *possam* gerar filhos, freqüentemente levou à idéia de que elas *deveriam* gerar filhos ou que a verdadeira natureza feminina apenas seria realizada na maternidade. O fato dos órgãos sexuais dos machos e das fêmeas *permitirem* a procriação foi interpretado como uma ordem da natureza (ou de Deus) *exigindo* que sirvam apenas a isso (7). Por outro lado, o fato da boca ser um ponto de entrada

para a ingestão de alimentos raramente conduziu os moralistas a desaprovarem os que servem da boca para tocarem clarineta. A natureza, é a norma.

Com a maior frequência, o que é percebido como sendo natural é apenas o que é comum ou admitido no seio de uma determinada sociedade – em particular naqueles que se encontram em posição dominante: quando não é mais por direito divino, é por um fato da natureza que os adultos têm o dever de administrar a vida das crianças, os homens de dirigir a vida das mulheres, os brancos de “civilizar” os negros ou outras “raças”, os “humanos” de reinar sobre outras “espécies”, etc. Os dominados o são por natureza, os dominantes também são assim por causa de sua natureza (8). O discurso é brutal, mas eficaz. Aí ainda, a evocação da Natureza permite fazer economia de uma *discussão* argumentada, sobre nossos valores e sobre as escolhas que daí decorrem. Não há mais o que debater, as escolhas estão feitas.

Natureza e discriminações intra-humanas

Peguemos a noção de raça; o problema não é que nos tenhamos divertido a distinguir as variedades dos humanos (os de pele negra, os de pele branca, os que possuem olhos rasgados ou não, as morenas e as castanhas, etc.), acontece que “naturalizamos” certas classificações (as que ofereciam um interesse político): a “pele negra” se tornava o sinal de uma raça, uma raça sendo, na realidade uma *natureza* (um modo de ser). Ter a pele negra deixava desde então de ser uma característica, uma propriedade entre outras de um indivíduo, para significar uma *essência*, uma afiliação a uma categoria englobante: o indivíduo *pertence* conseqüentemente a uma classe, que o determina por inteiro; ele se torna o representante dela. Ele não *tem* mais uma pele negra, ele *é* negro. Evapora-se assim toda individualidade, ele torna-se um *espécime* que exprime em primeiro lugar sua categoria. Isto vale, logicamente, sobretudo para os dominados: se os negros são *essencialmente* negros, os brancos são brancos, claro, mas eles não se reduzem à sua cor de pele.

Da mesma forma quanto à questão do sexo: eu não *tenho* tal ou tal sexo, que constituiria uma de minhas particularidades, mas eu *sou* de tal ou tal sexo. Estima-se que meu sexo diga tudo o que eu sou. E isso é ainda mais verdadeiro para as mulheres. *Tota mulier in utero*: a mulher é inteiramente definida pelo seu útero. Quanto aos homens, eles continuam plenamente humanos, encarnam a espécie, a universalidade, enquanto as mulheres são específicas, particulares, *diferentes*.

Do mesmo modo, as crianças *são* crianças, e suas reações são percebidas apenas como expressões de crianças, e não como de indivíduos; os adultos, eles serão plenamente humanos, individualizados. Eles são a norma...

Infelizmente muitos anti-racistas ou anti-sexistas recusam dar cabo à idéia de que temos natureza e tentam simplesmente desagregar a pertinência das categorias de sexo e de raça ao tornar seus contornos indeterminados, vagos. Esta tática é particularmente evidente no que diz respeito ao racismo quando ela se resume na fórmula: “as raças não existem, há apenas uma raça humana”. Quanto ao sexismo, a afirmação equivalente “os sexos não existem” é por demais abrupta, mas a proposição segundo a qual “nós todos temos um lado feminino e um outro masculino” é um substituto freqüentemente usado. Estas formas de argumentação têm em comum o fato de poderem ser feitas sem questionar-se duas características fundamentais do ponto de vista “naturalista”: a transformação dos indivíduos em seres que trazem em si a *essência* de sua categoria, e a justificação do status ético dos membros deste grupo pelos traços naturais que são considerados seus correspondentes. A opinião atual *não quer* renunciar a procurar sua justificação nas intenções da natureza, nem contestar a pertinência moral dos limites “naturais”.

Natureza e especismo (9)

De fato, existe um terreno onde a opinião majoritária não pode ser explicada de outra forma a não ser pela adesão a estes dois postulados, ainda que aqueles que estejam de acordo tenham raramente consciência disso. Trata-se da definição de quais seres deveríamos nos preocupar (os “pacientes morais”)? Quais deveríamos “não matar”, “não fazermos sofrer”, “não tratarmos como um simples meio para chegarmos a nossos fins”? Geralmente a resposta é: os seres humanos, enquanto deveria, logicamente ser: todos aqueles que possam sofrer com esses comportamentos. Há poucos indivíduos onde uma “diferença natural”, devido à espécie à qual pertençam (10), seja usada com tão pouca precaução como uma fronteira moral. Para aqueles que excluímos dessa maneira, admitimos que seu bem se confunda com “aquilo que a natureza reservou para eles” mas também assimilamos com o que podemos obter deles: os gatos são feitos para pegar os ratos, os carneiros para serem tosados e os frangos para serem assados.

Há então uma ou várias particularidades naturais que justificam, de modo evidente, que não nos preocupamos nem um pouco com os interesses dos seres sensíveis desde que estes não sejam humanos (11)? O simples fato de questionarmos isso é freqüentemente julgado como um sacrilégio. Todavia, se consideramos os membros concretos da espécie, temos a maior dificuldade em encontrarmos uma particularidade que seja ao mesmo tempo *exclusivamente* humana e presente em todos os humanos. Os traços distintivos que são geralmente apontados não pertencem a todos os humanos. Eles caracterizam o “*humain type*”, uma natureza humana que satisfizemos em esboçar para as necessidades da causa (e que corresponde ao humano adulto e saudável mentalmente). Inclusive a própria definição do “humano” continua sendo extremamente vaga. Os fetos são humanos? *Quid* os espermatozóides ou os óvulos? *Quid* os indivíduos que se encontram em estado de coma irreversível, que somos obrigados a declarar em estado de “morte clínica” (que continuam indubitavelmente vivos) para que se autorize que as máquinas sejam desligadas? Assim, o critério do humano não corresponde em nada a uma definição científica que seria aceitável para cada um, independentemente de seus pressupostos filosóficos ou teológicos. É igualmente importante notarmos que os traços destacados para justificar a discriminação contra os não-humanos (a inteligência, a razão, a liberdade, o fato de ter “saído da natureza”, etc), não apenas são bastante indefinidos mas, sobretudo, não mantêm *nenhuma relação* com o que esperam justificar. Devemos nos sentir felizes, porque tais traços não são levados a sério quando se trata de analisar vários seres humanos que não são nem inteligentes, nem racionais, nem livres... De forma estranha, estes mesmos argumentos são aceitos sem hesitação desde que se trate de animais: não temos nenhum escrúpulo em tratá-los de uma tal maneira, que, a cada dia, na França, milhões dentre eles sintam medo, angústia, sofrimento, tédio, cólera. Nossas práticas ocasionam sensações – dolorosas, cruéis ou insuportáveis – que nunca desejaríamos sofrer em nossa própria pele. Se levássemos a sério estas contradições, poderíamos mudar nossas práticas individuais e coletivas para, imediatamente acabarmos com a maior parte destes sofrimentos.

Há mais de dois séculos, Jeremy Bentham resumia nestes termos as objeções que suscitam uma atitude especista:

“Os franceses já perceberam que a pele morena não é razão para abandonar sem recursos um ser humano aos caprichos de um perseguidor. Talvez notem, um dia, que o número de pernas, a pilosidade da pele ou a extremidade do osso sacro são razões de longe insuficientes para abandonar uma criatura sensível á mesma sorte. (...). O que mais deveria determinar a linha

insuperável? A faculdade da razão, ou, talvez, a capacidade de falar? Mas um cavalo ou um cão adultos são animais incomparavelmente mais racionais e mais falantes do que uma criança de um dia, de uma semana ou até mesmo de um mesmo. E ainda que não o fossem, o que isso mudaria? A questão não é saber se são capazes de raciocinar ou falar, mas, sim, se são passíveis de sofrimento" (12)

O dia da libertação ainda não chegou e hoje, assim como ontem, os animais continuam sendo vítimas de uma discriminação arbitrária tanto quanto as discriminações racistas e a exploração – onipresente, massiva, feroz – que daí resulta e por esta razão é tão injustificável quanto a escravidão. Essa discriminação é um pedestal sobre o qual nossa civilização foi construída. Podemos pensar que se o naturalismo ocupa ainda essa posição fundamental em nossa cultura, é em grande parte por que continua sendo insubstituível para justificar o especismo.

Parece que nossa humanidade se valoriza na proporção em que desprezamos os animais. Ela se define inteiramente como diferente da “animalidade”, quer dizer, com estes representantes designados de uma Natureza à qual ela se opõe metodicamente: os humanos são indivíduos que possuem um valor intrínseco, têm uma história, são racionais, conscientes e livres. Emergiram brilhantemente do “estado de natureza” enquanto os animais são os mecanismos funcionais da ordem (a Natureza), amostra de sua espécie, inteiramente guiados por seu instinto (13) e prisioneiros de sua naturalidade, sem esperanças de remissão. Recortamos, no mundo real, dois impérios que se definem um por oposição ao outro: um, reino da liberdade e da individualidade, de dignidade exclusiva; o outro, reino do determinismo e da funcionalidade, da falta de valor próprio. Nós aceitamos então uma moral dupla, vinda do essencialismo cristão: uma moral de igualdade no seio do grupo “biológico” da espécie humana e uma moral inteiramente elitista, hierárquica, em relação aos indivíduos de outras espécies. É sobre a base do “elemento” hierarquizado de nossa moral que são elaboradas as discriminações racistas ou sexistas: basta minimizar o grupo dos “iguais” naturalizando as categorias visadas para excluí-las, fazê-las passar do outro lado da barreira. Prova suplementar do extremo arbitrário (e da grande periculosidade) destas noções de Humanidade e de Natureza, entretanto imaginadas como fundadoras de nossa ética e nossa política.

De fato, se há diferenças radicais a serem estabelecidas, estas não residem nas oposições entre natural e humano, natural e social, natural e artificial, inato e adquirido (14), etc. De um ponto de

vista científico, filosófico, tanto quanto ético, não é esta distinção entre supostos “seres de liberdade” e “seres de natureza” que agora parece pertinente, mas sim a diferenciação estabelecida entre uma matéria sensível e uma inanimada, entre estas coisas reais que sentem sensações e desejos e por causa disso agem em função dos fins que lhes são próprios, e estas outras coisas que nada sentem, não possuem interesses, **para as quais nada tem importância**, que não imputam nenhum valor aos acontecimentos e nenhuma finalidade à sua própria existência. Entre os seres sensíveis e as coisas insensíveis, para resumirmos: entre os animais e as pedras ou as plantas. Mais ainda do que a existência de uma consciência reflexiva, o “simples” fato que a matéria possa, em alguns casos se revelar capaz de sentir sensações e, além disso um impressionante enigma, e a explicação deste mistério será sem dúvida o desafio que as ciências ao longo deste início de século terão que resolver

São as coisas vivas sensíveis que dão valor ao fato de viverem. Os únicos valores que existem *objetivamente* são os que cada ser sensível dá à sua própria vida, a seus momentos vividos e ao mundo que o circunda. Neste sentido, o mundo não é provido de sentido, não é absurdo, mas possui um sentido; ou melhor, possui vários! Sentidos que não resultam de uma totalidade, mas de cada um dos seres que, separadamente, porque sensíveis, dão um sentido ao mundo que lhes é próprio (ao seu próprio mundo). As únicas coisas que possuem um valor *por si próprias* são estes seres sensíveis: nós todos que sentimos o mundo, que sentimos nossa vida, que sentimos dor e prazer, o desejo e a repulsão, que conhecemos a intenção, a vontade e a recusa. Todos nós: não apenas os humanos, mas o conjunto dos seres dotados de sensibilidade.

A sensibilidade foi desvalorizada pois foi excluída dos valores destacados pelo Humanismo (a Razão, a Liberdade, etc). Nestas últimas décadas, constatamos, entretanto, uma evolução em direção à uma conscientização maior com o sofrimento e com o prazer *enquanto tais*. Sabemos que hoje em dia os tratamentos paliativos para os humanos e também para os animais de estimação se desenvolvem, enfim, e que não se quer mais, por exemplo, operar os recém nascidos sem anestesia (15). Do mesmo modo, as pessoas começam a se preocupar com o bem estar dos animais da pecuária. Estamos, lógico, longe de uma reivindicação de igualdade de consideração dos direitos, mas é notável que uma nova preocupação apareça no campo das afeições, das sensações e das emoções, uma valorização do sensível enquanto tal. Pensamos que trata-se do surgimento de um movimento que tem suas raízes nos séculos precedentes, que admitiram principalmente a

sensibilidade ao sofrimento (o próprio e o dos outros) e que vem progressivamente crescendo em importância. Este movimento de atenção crescente à nossa vida sensível poderia ser qualificado de “sensibilista”... mas não procure no dicionário, a palavra ainda não se encontra nele.

Acabar com a idéia que fazemos da Natureza e nos reconciliarmos com a ética e a política

A regra “obedecer à natureza” é vazia em termos de sentido. Através de amálgamas (especialmente a mudança quase imperceptível e ilegítima entre dois sentidos perfeitamente distintos da palavra “lei”, que designa seja uma regularidade, seja um comando) que uma corrente de pensamento multiforme pretende fundar uma ética sobre o “respeito” da “ordem natural” ou sobre a obediência às “leis da natureza”. Voltar a esta idéia de natureza é apenas uma retroação ou um lembrete sobre a ordem.

As idéias recebidas se propagam escapando a todo questionamento crítico. Mas as proposições vazias ou falsas não se tornam verdadeiras só por estarem sendo muito repetidas. Elas constituem um perigo pois oferecem uma linha de conduta ilusória ou falsa frente a problemas bem reais. Invocar a natureza em vez de invocar princípios claros de julgamento é uma das maiores enfermidades que aleijam numerosos movimentos contemporâneos que desejam melhorar o mundo.

Invocar um critério de naturalidade em vez de evocar um critério de justiça, permite o estabelecimento de todas as injustiças. A ética é a procura do bem. A única ética digna deste nome é a que se aplica a todos os seres, a quem podemos fazer bem ou mal, quer dizer, a todos os seres conscientes (sensíveis). Isto emana do princípio de justiça ou de equidade: a igualdade, por definição, recusa toda discriminação arbitrária.

Atualmente muitos preferem ficar mergulhados na nostalgia de uma “idade de ouro” ou de “modos de vida tradicionais harmoniosos” que jamais existiram, em vez de lutarem aqui e agora para o começo de mundos que se preocupem com outros mundos, com *todos* os outros. A política, se quer se fundar na ética, não tem mais nada a ganhar ao basear seus valores no sentimento da natureza.

Felizmente, não há nenhuma fatalidade naturalista: não faz parte da “natureza” de se preferir uma pequena reverência à Ordem do que um debate aberto e contraditório sobre o que é justo ou não de se fazer.

NOTAS :

1. *Este artigo contém passagem tiradas – com o acordo da autora – do prefácio de Estiva Réus sobre sua análise feita sobre o ensaio A natureza de John Stuart Mill (A Descoberta, 2003). Esta análise de Mill, cuja primeira edição apareceu em 1874, oferece uma incrível análise crítica das doutrinas que “fazem da Natureza um critério do justo e do injusto, do bem e do mal, ou que de uma maneira ou em um grau qualquer aprovam ou julgam meritórias as ações que seguem, imitam ou obedecem a natureza” (p. 55). Geralmente, as análises desenvolvidas a seguir devem muito às reflexões feitas no seio do movimento pela igualdade animal.*
2. Ver a obra coletiva “*Espèces et éthique. Darwin, une (r)évolution à venir*”, éd. tahin party (“*Espécies e ética. Darwin, uma (r)evolução futura*”, edições tahin party), 2001. As versões da biologia, da ecologia ou da teoria da evolução que aprendemos na escola, cujos resumos vulgarizados lemos nas revistas (inclusive naquelas científicas), aquelas que escutamos falar no rádio ou na televisão, são geralmente saturadas de menções naturalistas, finalistas e holísticas.
3. Por outro lado, a prática rotineira da inseminação artificial feita nas mesmas vacas não escandalizou nem a opinião pública nem agitou os comitês de ética. Quem se incomoda com o que as vacas sofrem?
4. Apesar de seu sucesso quanto ao pensamento ambientalista, a noção de equilíbrio natural não corresponde provavelmente a nenhuma realidade. Cf. Daniel Botkin, *Discordant Harmonies, A New Ecology for the Twenty-First Century*, Oxford University Press, 1990.
5. É interessante constatar que a noção de “ordem natural” é contemporânea aos regimes políticos e sociais explicitamente autoritários, enquanto que a noção de

“equilíbrios naturais” é mais contemporânea das democracias parlamentares. A idéia da natureza foi, com muita freqüência, uma projeção de nosso próprio modo de vivermos em sociedade. Mantemos uma visão da natureza praticamente totalitária, onde os indivíduos existem apenas enquanto mecanismos e funções no seio de uma ordem totalizadora.

6. Para uma crítica dos implícitos contidos nos discursos humanistas contra a clonagem humana, verifique o artigo de David Olivier, “Alors, on pourra les manger?” nos *Cahiers antispécistes* n°15.
7. Lemos, por exemplo, no *Catecismo da Igreja Católica* sobre as relações homossexuais: « Apoando-se na Santa Escritura que os apresenta como depravações graves, a Tradição sempre declarou que “os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados”. São contrários à lei natural. Neste tipo de ato sexual fica limitado o dom da vida. Tais atos sexuais não resultam de uma complementaridade sexual e afetiva verdadeira. Em caso algum tais atos poderiam ser aprovados (Mame/Plon, 1992, p. 480).
8. Efetivamente, os dominantes imaginam, por causa de suas próprias qualidades, que eles se destacaram da natureza (contrariamente aos dominados, que os dominantes enxergam como ainda imersos na natureza), *salvo* quanto se trata de legitimar a dominação: assim eles se tornam novamente “homens naturais” (machos) com necessidades irrepreensíveis caso trata-se de justificar estupros (cf. D. Welzer-Lang, *Le viol au masculin (O estupro ao masculino)* L’Harmattan, 1988); assim tornam-se carnívoros por natureza para justificar o consumo da carne (cf. Clém Guyard, *Dame Nature est mythée*, edições carobella ex natura, 2002), etc. Sobre o discurso da natureza e das práticas sociais sobre a apropriação, leremos com utilidade Colette Guillaumin, *Sexe, Race et Pratique du pouvoir. L’idée de Nature (Sexo, Raça e Prática do Poder. A idéia da Natureza)*, Indigo et Côté-femmes, 2000 [1978].
9. O termo especismo foi inventado através das palavras “racismo” ou “sexismo”. Ele designa a discriminação arbitrária dos indivíduos sensíveis que não pertencem à nossa espécie. Deduz-se do especismo uma exploração de uma extrema brutalidade, pois a maioria dos humanos de nossas sociedades consideram os animais como mercadorias,

utilizáveis para fins tão negligenciáveis como criá-los e depois matá-los para consumir suas carnes!

10. Cf. David Olivier, “Les espèces non plus n’existent pas” (“As espécies também não existem”), *Cahiers antispécistes* n°11, déc. 1994.
11. Um inventário e uma análise crítica das teorias que defendem esta distinção são também propostos em “*Animal, mon prochain*”, de Florence Burgat (Éditions Odile Jacob, 1997). Na filosofia ética profunda, a fronteira “natural” que delimita a espécie humana é raramente apresentada de modo assim tão resumido como constituindo, enquanto tal, um critério moralmente pertinente. Afirma-se, de preferência, que os seres que pertencem a esta espécie são os únicos a possuírem outras características que, à eles, são pertinentes. Esperamos assim, através de meios mais apresentáveis, chegar a conclusões equivalentes. Estas posições foram sistematicamente analisadas e verificadas pela crítica ao longo dos últimos trinta anos, principalmente por autores anglo-saxônicos (P. Singer, T. Regan, J. Rachels...) que revelaram assim toda sua inconsistência. Textos destes autores – e de outros que tratam o mesmo tema – estão disponíveis em língua francesa no site dos “*Cahiers antispécistes*” (<http://cahiers-antispecistes.org>) e no das edições *tahin-party* (<http://tahin-party.org>).
12. “*An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*” (1789).
13. O instinto continua sendo um elemento central da retórica naturalista quanto aos animais, mas nenhum etologista ousa, atualmente, referir-se à uma noção que evoque a “vertu dormitive” (virtude dormitiva do remédio que faz dormir), de Molière (a noção de instinto nada explica)... A principal vantagem da noção de instinto é a de evacuar a idéia de uma subjetividade animal (ou, não faz muito tempo, de outras classes de dominados como as mulheres ou os negros) e de *evocar* (e não explicar!) uma transmissão da espécie ao indivíduo da função natural que ele deve encarnar.
14. A tradicional controvérsia sobre o que seria adquirido ou inato nos humanos (por exemplo, em relação aos sexos ou às “raças”) explica-se apenas pela crença na idéia de

natureza; o “inato” e o “adquirido” resultam em cada caso de causas extremamente numerosas e heterogêneas que torna-se sem sentido querermos distinguir duas categorias. Por outro lado, as qualidades que qualificamos de inatas não implicam de forma alguma uma natureza, contrariamente ao que parece esperado ou, ao contrário, temido. Caracteres inatos não implicam *nem* uma essência *nem* um destino (dever-ser), e é falso pensarmos que o que julgássemos inato fosse sempre imutável, definitivo (e, em alguns casos, “inconsciente”, não requerendo uma percepção subjetiva, nem uma decisão do indivíduo para se executar) enquanto que o que fosse adquirido continuaria flexível, modificável, passível de ser melhorado (e consciente, submisso à vontade, etc.).

15. Claude Guillon, “*À la vie à la mort. Maîtrise de la douleur et droit à la mort*”, Noêsis, 1997.